

RESENHA

Escola ativa: a proposta liberal para a educação do campo

Luiz Bezerra Neto

Editado em 2011, pela Premier, o livro “Educação para o campo em discussão: reflexões sobre o programa escola ativa” surgiu das discussões acumuladas no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo - GEPEC, sediado na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, que, após desenvolver uma etapa do curso de formação para técnicos e educadores que atuam no campo, *Luiz Bezerra Neto*, em classes multisseriadas, sentiu-se na obrigação de dar um retorno para aqueles professores e para a comunidade, em geral, fazendo uma análise crítica do programa, da metodologia e das propostas de educação para o campo.

O livro aborda a educação do trabalhador que vive no campo, discutindo até que ponto as políticas públicas para o setor contribuem para a melhoria dos níveis de formação e de conhecimento desses trabalhadores e se elas visam ampliar o acesso dos filhos desses ao sistema escolar, garantindo a sua permanência na escola. Buscar saber até que ponto as políticas de educação do campo não estariam se propondo, apenas, a atender às expectativas do crescente mercado capitalista de produtos agrícolas que envolve, também, e cada vez mais, as populações do campo, ou se essas políticas não estariam tentando, somente, incorporar o ideário educacional neoliberal, que preconiza a racionalização dos gastos públicos e a operacionalização dos resultados, medidos por sistemas de avaliação.

A pesquisa que originou o livro demonstrou que o principal programa oficial para a educação do campo: o Programa Escola Ativa – PEA - era uma estratégia metodológica voltada, exclusivamente, para as classes multisseriadas e unidocentes do campo e que fora criado na Colômbia, na década de 1960, visando reduzir os índices de reprovação e de abandono da sala

de aula pelos alunos das escolas multisseriadas do primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Após quase vinte anos de existência na Colômbia, o PEA passou a ser difundido em outros países, que apresentavam os mesmos índices de pobreza no campo e baixo rendimento das suas escolas rurais, como a única alternativa para a melhoria da qualidade dessas escolas. E foi assim que ele chegou ao Brasil, no final dos anos de 1990.

Para atingir o propósito de discutir a educação do campo e, mais especificamente, o Projeto Escola Ativa, o livro foi composto por oito textos, que analisam tanto o Programa como a educação pensada para o camponês, assim compreendidos: no primeiro capítulo, Luiz Bezerra Neto, Maria Cristina dos Santos Bezerra e Elianeide Nascimento Lima discutem o Programa Escola Ativa (PEA), avaliando qual a dimensão desse Programa de educação para o trabalhador do campo. Aí se analisa o histórico, o conteúdo e a metodologia empregada pelo Programa, que, sob o controle de técnicos dos organismos governamentais, buscava formar um trabalhador dócil e controlar os movimentos sociais que tinham forte influência nessas regiões. Para tanto, as bases históricas do Programa e sua vinculação com os organismos internacionais foram analisadas no contexto de desenvolvimento do capitalismo.

Ao analisar a origem do PEA, os autores discutem também seus paradigmas conceituais, visando apreender as implicações que esse tipo de programa tem para a classe trabalhadora. Para tanto, buscou-se documentos que foram elaborados sobre o PEA, na Colômbia, e, a partir verificou as semelhanças entre esse projeto e aquele proposto para o Brasil, sobretudo, porque se percebeu que os primeiros documentos elaborados no Brasil não passavam de traduções literais do programa colombiano, apenas evidenciando mais claramente seus objetivos, sua metodologia e sua concepção pedagógica.

No segundo texto, Marcos Cassin, Mônica Fernanda Botiglieri e Samila Bernardi do Vale, ao discutirem o processo de reestruturação produtiva no campo e as novas exigências de educação voltadas para a formação e para a qualificação do trabalhador, buscam relacionar as formas de organização do trabalho e suas novas exigências. Os autores defendem que a reestruturação produtiva no campo, no final da década de 1980 e início da de 1990, ampliou as atividades agrícolas, potencializou e criou novas atividades não agrícolas, determinando uma maior hierarquização do trabalho entre os trabalhadores do campo.

Para os autores, essa nova hierarquia do trabalho entre os trabalhadores rurais foi definindo uma nova realidade no meio rural brasileiro e levou à necessidade de uma reorganização da educação geral e técnica do cam-

po, que reproduzisse a hierarquia do trabalho com uma educação mais seletiva, com níveis diferenciados para os novos segmentos sociais desse novo rural brasileiro.

Voltando às questões microestruturais, sem perder a dimensão da macroestrutura, no terceiro texto, Jaqueline Daniela Basso, Ana Tatiana Staine Cardoso Gobato e Júlia Mazinini Rosa discutem as escolas no campo e as salas multisseriadas no Estado de São Paulo, fazendo um breve diagnóstico do contexto da educação no meio rural paulista.

Para isso, realizaram um levantamento sobre o número de municípios que possuem escolas no campo, quantificaram essas escolas e as salas multisseriadas, a oferta de ensino e a média de alunos por turma buscando elementos para a análise das condições de acesso à educação no meio rural neste Estado. Ao tratarem das turmas multisseriadas, essas pesquisadoras destacam que, embora deficitárias, representam uma possibilidade de escolarização no meio rural. O texto apresenta, ainda, breves considerações acerca do Programa Escola Ativa e seu alcance no Estado de São Paulo.

No quarto texto, Mônica Fernanda Botiglieri e Marcos Cassin discutem a articulação entre trabalho, educação e sua relação com o Estado, frente à reestruturação produtiva no campo, a qual se impôs a partir da segunda metade do século XX. Para tanto, afirmam que diversas investigações têm abordado, ao longo dos últimos anos, a temática Educação e Trabalho e, dentre elas, há aquelas que tratam, especificamente, das transformações com as quais os trabalhadores têm tido que lidar, diante do contexto de *reestruturação produtiva*, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, quando profundas alterações na maneira de produzir e de gerir o sistema capitalista trouxeram pressões para “adequação” na formação desses sujeitos.

No texto seguinte, Luiz Bezerra Neto e Maria Cristina dos Santos Bezerra discutem a Educação do campo a partir de seus referenciais teóricos, sobretudo, devido à observação de que, nas últimas décadas, a educação do campo tem despontado na pauta de discussão de gestores das políticas públicas, de acadêmicos, das universidades e de movimentos sociais envolvidos com a questão da terra. Um desses movimentos é o denominado “Por uma Educação do Campo”, nascido a partir de reivindicações dos movimentos sociais que atuam no campo e que buscam consolidar essa atuação de forma mais efetiva.

O texto discute os referenciais teóricos do movimento “Por uma Educação do Campo”, em especial, abordando a concepção educacional e a visão de mundo por ele apresentada, visto que o mesmo defende uma refor-

ma na educação que esteja adaptada e adequada às condições do meio rural. Os autores, ao questionarem o referencial teórico adotado pelo movimento em questão, entendem que ele está mais próximo de uma abordagem pós-moderna, com ênfase na cotidianidade e na subjetividade, considerando-o ineficaz para compreender e explicar a realidade dos trabalhadores do campo e a educação oferecida ao grupo a que esse movimento se refere.

Já o texto de Mara Regina Martins Jacomeli e Maria Angélica Cardoso toma por objeto de análise a gestão escolar democrática proposta no Programa Escola Ativa, que se destina à melhoria da qualidade do ensino nas escolas multisseriadas.

As autoras fazem, inicialmente, uma distinção conceitual e prática dos termos comumente utilizados para caracterizar a multissérie “que pode acontecer tanto em escolas, turmas ou classes multisseriadas”, e afirmam que a maior incidência de tais turmas acontece na zona rural. Jacomeli e Cardoso chamam a atenção para o fato de que essas escolas são “historicamente, consideradas como de segunda categoria e, o que é pior, sem alternativa de melhoria”, e, por causa disso, os educadores e os gestores relegaram-nas ao esquecimento.

Ainda discutindo a fundamentação teórica da prática pedagógica proposta pelo Programa, no penúltimo texto, Maria Sílvia Cintra Martins traz a reflexão sobre o ensino da língua oral e escrita, também um grande desafio para as salas multisseriadas unidocentes, principalmente depois da ampliação da escolarização para 9 anos e da chegada das crianças de seis anos ao Ensino Fundamental.

Tomando como referência a Escola de Vigotski, a autora mostra que existe uma vinculação entre oralidade e escrita, e que a abordagem sociocultural e a sociointeracionista fornecem um subsídio inicial para pensar no trabalho articulado entre práticas orais e escritas. Tendo por base esse pressuposto teórico, a autora nos convida a refletir sobre a construção de um projeto de letramento que envolva toda a escola, e no qual as crianças de seis anos tenham uma participação significativa, condição fundamental para a formação de sua personalidade, e também para o desenvolvimento da linguagem.

Por último, temos o texto de Kátia Regina Moreno Caiado e Sílvia Márcia Ferreira Meletti, que abordam a educação especial na educação do campo no Estado de São Paulo, buscando discutir as causas que fazem com que essa seja, ainda, uma interface a ser construída. O objetivo das autoras é trazer uma reflexão sobre a interface entre duas áreas da educação: a educação especial e a educação do campo, com destaque para a realidade do Esta-

do de São Paulo. Neste texto, as autoras apresentam os conceitos de Educação Especial e de Educação do Campo e, como sua interface se apresenta na legislação atual.

Com este texto encerra-se o livro, oferecendo uma visão ampla da educação do campo e, mais especificamente, do Programa Escola Ativa. Nele Procurou-se oferecer subsídios aos professores para que possam pensar a relação entre a educação do campo e a sociedade mais ampla, a educação do campo e a gestão das escolas multisseriadas, a educação do campo e as práticas pedagógicas de alfabetização e de letramento, a educação do campo e a educação especial no campo.